

Por um modelo de educação superior pago

A semana que passou foi esperançosa. Estive lendo muita coisa - em lugares até então improváveis - sobre novas idéias para a educação. A vertente central dessas idéias está intimamente ligada à inversão da maior injustiça brasileira: o financiamento de níveis superiores de ensino para as camadas mais ricas da população.

Existem no Brasil cursos superiores onde pobres não entram. Na maioria das universidades federais, por exemplo, nos cursos de medicina, direito e engenharia (para citar os mais tradicionais) quase não há representantes das camadas mais pobres da sociedade. Uns poucos cursos, principalmente aqueles ligados à área de humanas, recebem pobres: história, letras, psicologia etc. – para maiores detalhes sobre isso consultar a base de dados do INEP. E não são em todas. Existem universidades (as estaduais paulistas, por exemplo) que até nesses cursos é difícil encontrar pobres de fato.

Diversos estudos sobre o assunto começam a tomar conta dos meios acadêmicos e da imprensa, de maneira geral. Aqui citarei três exemplos. O primeiro, mais teórico e voltado para a essência do modelo privado de ensino, foi publicado na revista inglesa *The Economist*, fazendo referência ao modelo de "Education Vouchers", proposto inicialmente pelo economista Milton Friedman, em 1955 - o link não está mais disponível no site da revista, mas quem quiser pode me solicitar via e-mail. Para resumir a idéia desse modelo, basta citar a seguinte frase do artigo "*The state pays, parents choose, schools compete, standards rise, everybody gains*". A revista britânica apresenta dados de várias experiências, em distintos países, bem positivas a respeito do modelo que sofre uma oposição ferrenha do "educational establishment".

O segundo exemplo vem das páginas de um dos mais conservadores (e antigos) jornais brasileiros: O GLOBO. Na coluna "Panorama Econômico" desse domingo último (27/05/2007), cuja jornalista titular [felizmente] encontra-se de férias, a interina Débora Thomé escreveu o artigo "Na sala de aula" onde expõe de forma brilhante as atuais (e passadas) mazelas do modelo educacional brasileiro: pouco investimento na educação básica, muito investimento na educação superior. Naquela estão os pobres, nesta os ricos. E os especialistas ainda hoje se perguntam por que há alta concentração de renda em nosso país.

O terceiro exemplo é um post que foi publicado em um blog na internet. O blog "Rabiscos Econômicos" colocou um post titulado "sobre o conceito de público", onde também expõe brilhantemente a confusão que se faz no Brasil entre público e estatal. Uso esse exemplo, pois o seu autor é um estudante de economia de uma universidade federal (a UFRGS), e assim como eu,

tem a opinião de que os estudantes dessas instituições podem (e devem) pagar mensalidades. É um pensamento interno, indo contra o senso comum de que a universidade deva ser necessariamente gratuita para todos.

Isto porque um curso superior traz incremento de renda individual para o seu detentor. Excluídos os cursos que seriam estratégicos para o país (o caso das licenciaturas, por exemplo) o Estado não deve subsidiar esse aumento de renda para aqueles que podem arcar com os seus custos. Fazendo isso, perpetua-se o *status quo*, isto é, aqueles que estão no topo da pirâmide social continuarão lá indefinidamente. Uma sociedade assim não possibilita aos seus indivíduos mobilidade social. O pobre está condenado a ser pobre, sendo raras as exceções a essa imposição hereditária.

Nesse sentido, não se questiona o fato da universidade continuar sendo estatal. Na China ou nos EUA existem exemplos de boas universidades estatais, onde se paga mensalidade. E também não se questiona o fato de isentar aqueles que não podem pagar. E é justamente nesse ponto que os defensores do jargão “público, gratuito e de qualidade” ignoram ou simplesmente não querem entender. A universidade pode (e deve!) continuar sendo gratuita para aqueles que não podem arcar com os seus custos, assim como ela deve ser paga para aqueles que podem.

Com essa mudança de pensamento, o Estado pode concentrar seus esforços de financiamento no setor onde ele se faz mais sensível: a educação básica. É nela que são originadas as maiores diferenças sociais e econômicas desse país. Enquanto perdurar o atual modelo, com uma criança pobre freqüentando uma escola pública ruim e uma criança rica tendo acesso a um mundo de informações, falar em igualdade social é balela.

Um outro argumento contra a educação superior paga é que o Estado deve financiar todos os níveis de escolaridade: da pré-escola a pós-graduação. Seria muito bom se o nosso Estado tivesse dinheiro para isso, mas a verdade é que não tem. Mesmo que o Brasil fizesse uma reforma na gestão do dinheiro público, eliminando os gargalos, ainda faltaria dinheiro para assegurar um modelo de educação totalmente público. Isso levando em conta que é inadmissível aumentar ainda mais os atuais 40% de carga tributária. Para quem tem dúvidas sobre a validade desse argumento, basta analisar o orçamento dos diversos níveis de governo e a nossa dívida pública, que hoje ultrapassa (com folga) a cifra de R\$ 1 trilhão.

Assim sendo, cabe ao Estado fazer uma escolha. A atual se mostrou ao longo do tempo completamente equivocada. Investir 13 vezes mais em educação superior do que em educação básica traz uma colossal (e brutal) desigualdade de renda, trazendo perturbações (como os atuais

níveis de violência) para o equilíbrio social. É preciso inverter o processo. O Estado deve concentrar esforços na melhoria da educação básica, seja através do modelo de "*Education Vouchers*" (mais recomendado), seja pelas suas próprias mãos. Ademais, prover o subsídio de cursos superiores somente para os que necessitarem de fato dele, com comprovação implícita e rígida.

A cobrança de mensalidades em universidades estatais para quem pode pagar é uma urgência. Cada vez mais, está se tornando inapropriado termos uma universidade estatal somente para os ricos. Dentro da própria universidade, já existem alunos favoráveis a esse procedimento. O recente episódio na USP trouxe a tona algo inédito: os alunos não tiveram apoio da sociedade em suas reivindicações. Pesquisa *on-line* da Folha de SP revela que 60% dos leitores concordam com o uso da força para a retirada dos estudantes. São os novos tempos. A ética do privilégio, onde a universidade é um direito, apenas para poucos, está acabando. Daqui a alguns anos uma grande parte da sociedade concordará com essa nova realidade.

VÍTOR WILHER